

Dois claustros desconhecidos do Mosteiro da Batalha

*Pedro Redol**

*Nídia Vieira**

Resumo

O Mosteiro da Batalha consagrou-se, na historiografia da arquitectura, como obra maior do gótico e, em particular, do gótico internacional e da sua nacionalização manuelina. Porém, a aquisição do estatuto de monumento e a perda do de convento, a partir da extinção das ordens religiosas, em 1834, levou ao paulatino e deliberado apagamento de uma mais longa e não menos rica história. Durante as campanhas de restauro iniciadas em 1841, foram demolidos dois claustros, a pretexto da ruína causada pela Terceira Invasão Francesa, do desvirtuamento da obra gótica ou, simplesmente, da alegada ignorância dos frades. Para o seu lugar, fabricou-se uma imagem de obra menor e até o mito – que chegou incólume aos nossos dias – de um claustro de madeira.

O objectivo principal desta investigação é demonstrar que as edificações desaparecidas foram a materialização de um ambicioso projecto de reforma, em meados do séc. XVI, em tudo semelhante ao de outras grandes casas monásticas portuguesas, aliás pouco distantes da Batalha.

Palavras-chave: Mosteiro da Batalha; Ordem dos Pregadores; reforma conventual; Miguel de Arruda

* Direcção-Geral do Património Cultural/Mosteiro de Santa Maria da Vitória
Os autores não seguem as regras do novo Acordo Ortográfico.

Os recebimentos da portaria da banda de fóra, e de dentro, a largueza das entradas, e passagens pera casas de diferentes serviços, e misteres, e as muitas que ha [no Mosteiro da Batalha], representão em tudo grandeza de machina Real¹.

A reforma da Batalha no tempo de D. João III

Posteriormente ao impasse das Capelas Imperfeitas, a primeira referência à necessidade de obras no complexo conventual da Batalha que encontramos data de 1539, estando contida no breve *Ex parte prioris et fratrum*, de Paulo III², que autoriza a venda de parte do tesouro do Mosteiro, previamente solicitada pelo rei D. João III. A finalidade explicitada era *aplicar o valor que se viesse a obter com as peças do tesouro a boas propriedades e à fábrica da dita casa da Batalha*. A execução do breve foi confiada aos bispos de Lamego e de S. Tomé, a que procederam em Setembro do ano seguinte. Pelo documento correspondente, ficamos a saber que, além de obras de conservação e beneficiação do coro, altares e sacristia, se desejava ampliar e remodelar o Mosteiro, bem como construir uma cerca.

O programa de necessidades para um eventual projecto arquitectónico que, assim, se pode entrever, é extremamente interessante porque parece alinhar-se, desde logo, com a reforma do edificado que, a par do espiritual e a mando do rei, se iniciara, cerca de dez anos antes, noutros grandes institutos religiosos não muito distantes (o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, a partir de 1527³, e o Convento de Cristo, em Tomar, a partir de 1529-1530⁴). Em ambos os casos, a reforma fora ditada pelo ideal erasmiano de regresso

¹ SOUSA, Fr. Luís de, *História de S. Domingos*, 1623; nova edição de M. Lopes de Almeida, vol. I, Lello e Irmão Editores, Porto, 1977, p. 650.

² Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Mosteiro da Batalha, 2º comp., E. 18, P. 7, M. 5 (1539, Outubro, 15; Roma); documento avulso com numeração antiga: “Nº 141”, “Nº-62”. Publicado por GOMES, Saul António, *Fontes Históricas e Artísticas do Mosteiro e da Vila da Batalha (Séculos XIV a XVII)*, vol. IV, Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, 2004, p. 199-200.

³ LOBO, Rui, *Santa Cruz e a Rua da Sofia*, Edições do Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2006, p. 41-59.

⁴ MOREIRA, Rafael, «A Arquitectura do Renascimento no Sul de Portugal. A Encomenda Régia entre o Moderno e o Romano» [policopiado], Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1991, p. 476-533.

a um cristianismo despojado que se traduzia, entre outros aspectos, pelo rigor ascético da vida monástica em clausura e pela opção definitiva por modelos arquitectónicos clássicos que, em matéria de orgânica espacial, encontram, aliás, os seus antecessores em território nacional no Hospital das Caldas e no Hospital de Todos-os-Santos, em Lisboa, ambos do patrocínio visionário de D. João II.

Ao emparcelamento de terrenos contíguos aos edifícios – que, pelo menos no Convento de Cristo, tal como sucedeu na Batalha, remonta ao reinado de D. Manuel –, seguiu-se, no período joanino, o respectivo encerramento através de cercas muradas que, mais do que confinarem a unidade de produção, a tornavam parte integrante da clausura, com espaços reservados à meditação contemplativa e ao desafogo da reclusão. O programa para o edifício, tal como ainda demonstra o Convento de Tomar, era pensado em consonância com o da cerca, sobre a qual se tomavam vistas a partir de várias varandas, que, por sua vez, eram um elemento marcante da fachada.

A motivação para a ampliação e remodelação do Mosteiro da Batalha, a partir de 1539, não procede, porém, apenas de transformações ao nível do ideal de vida monástica; ela passa ainda pelo facto de a Batalha se ter entretanto transformado numa importante escola teológica da Ordem dos Pregadores, que viria a ser reconhecida como *Studium generale* pelo Capítulo Geral de Salamanca de 1551⁵.

Que aplicação teve efectivamente o produto da venda do tesouro batalhino? Uma memória histórica anónima, da mão de um frade da Batalha, que data de c. 1621⁶, diz-nos que o mesmo serviu a D. João III para acorrer a despesa com a guerra em Marrocos, pelo que se obrigou ao pagamento anual de um padrão de juro ao convento em 1541. Esta circunstância permitiu provavelmente que, no ano seguinte, já estivesse em curso a execução da cerca.

Deste princípio de reforma do espaço conventual teve que ter inevitavelmente conhecimento directo o célebre humanista reformador de Santa Cruz de Coimbra, Frei Brás de Barros, uma vez que em 1547, já como bispo da recém-criada diocese de Leiria, visitou o Mosteiro. O ambiente em que a visi-

⁵ ROLO, Fr. Raul de Almeida, *Formação e Vida Intelectual de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires*, Movimento Bartolomean, 1977, p. 178.

⁶ ANTT, Mosteiro da Batalha, 2º comp., E. 18, P. 7, m. 5, documento avulso com número antigo "95"; publicado por GOMES, Saul António, *Fontes Históricas e Artísticas do Mosteiro e da Vila da Batalha (Séculos XIV a XVII)*, vol. IV, Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, 2004, p. 342.

ta decorreu foi certamente mais ameno do que aquele que se conhece das reformas por si impostas a Santa Cruz ou, pelo seu homólogo jerónimo, Frei António de Lisboa, ao Convento de Cristo e, transitoriamente, ao Mosteiro de Alcobaça. É preciso recordar que, além dos mais recentes Jerónimos, também os Dominicanos exerciam – e desde longa data – a sua influência na corte portuguesa como confessores e conselheiros dotados de uma exigente preparação intelectual. Por ombrearem a este nível, usufruíram, aliás, desse equipamento comum que foi o Colégio de S. Tomás. De resto, a intercessão de D. Manuel, no sentido de transformar o convento da Batalha em observante, fora lograda e o controlo do governo do seu prior pelo arcebispo de Lisboa e pelos bispos da Guarda e de Coimbra foi imposto, a pedido do rei, por Leão X, através da bula *Fidei constantis integritas*, de 1516⁷.

Fr. Francisco de S. Luís, que pôde consultar a documentação guardada no cartório da Batalha, afirma que só em 1551 se iniciaram as obras no edifício conventual, «vendidos com as necessárias licenças, e com certas condições, os foros da capela do Infante D. João (filho do senhor D. João I) e de sua mulher a Infanta senhora D. Isabel e ajudando El Rei D. João III com cem mil réis cada ano de sua fazenda»⁸. Esta «ajuda» do rei mais não era do que o pagamento do padrão de juro estabelecido dez anos antes e que certamente já vinha permitindo custear a construção da cerca. É mais do que provável que a perspectiva deste importante passo na reforma do edificado conventual tenha contribuído – além, naturalmente, do prestígio já instalado dos estudos – para que a Batalha se visse equiparada, em 1551, a estudo universitário no seio da Ordem.

Em 1556, as obras deviam ter atingido um ritmo considerável ou até estar a aproximar-se da sua conclusão, pois o rei emite um alvará em que concede o adiantamento da tença de juro dos anos de 1563 e 1564⁹, havendo notícia do adiantamento, nesse mesmo ano, da tença referente a 1566 e 1567¹⁰.

⁷ GOMES, Saul António, «O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no professorado de Frei Bartolomeu dos Mártires (1538-1552)», in *Frei Bartolomeu dos Mártires, Mestre Teólogo em Santa Maria da Vitória – 1538 a 1552. Exposição Documental e Iconográfica – Mosteiro da Batalha, 19 de Setembro a 5 de Outubro de 1992*, Câmara Municipal da Batalha e Museu do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, Batalha, 1992, p. 46.

⁸ S. LUÍS, Fr. Francisco de, «Memoria historica sobre as obras do Real Mosteiro de Santa Maria da Victoria chamado vulgarmente da Batalha», in *Memórias da Academia Real das Sciencias*, Lisboa, t. X, p. 34-35.

⁹ ANTT, Cartórios Recolhidos da Biblioteca Nacional, Batalha, Lv. 5, Doc. 10 (1556, Novembro, 24, Lisboa).

¹⁰ ANTT, Cartórios Recolhidos da Biblioteca Nacional, Batalha, Lv. 5, Doc. 10 (1556, Dezembro, 18, Lisboa).

Dois novos claustros, um outro convento

As plantas do Mosteiro da Batalha levantadas por James Murphy em 1789¹¹, que serviram de base à planta do piso térreo publicada em 1792¹², permitem-nos fazer uma ideia bastante clara da lógica funcional e da composição a que obedecia o edifício ampliado e remodelado. O conjunto articulava-se, antes de mais, com a vila, através de uma longa fachada contínua voltada a nascente que se abria numa portaria monumental, dominando o mais antigo centro cívico da Batalha, no qual se encontravam a igreja velha do convento e o cemitério.

A portaria era um lugar importantíssimo na relação entre o convento e a vila, pois aí se podiam ir procurar os medicamentos produzidos na botica, tratar de negócios, aceder à escola destinada à população ou pedir esmola. Era também por aí que os visitantes entravam para a hospedaria e os serviços de fora (nomeadamente mulheres, por exemplo, as lavadeiras, conforme refere Murphy na legenda da sua planta publicada) conjugavam a sua actividade com a comunidade conventual.

No troço norte da fachada nascente existia um domínio de transição para o espaço exclusivo da cerca, que consistia num pátio situado entre esta e o largo. Era exteriormente delimitado por um muro adjacente à portaria que ligava os novos edifícios à igreja velha, nele se rasgando inevitavelmente a Porta do Carro (para este pátio davam a cocheira e cavalaria do prior, bem como arrecadações de alfaia agrícola e o estábulo dos bovinos). Conhecida a implantação da igreja de Santa Maria-a-Velha, através de várias plantas datadas entre 1931 e 1960¹³, bem como dos muros desaparecidos da cerca pelo Mappa Topographico de 1793¹⁴, por uma planta de 1879¹⁵ e pela Carta Militar de Portugal de 1964, foi possível chegar à representação do ordenamento do território monástico e da vila em meados do século XVI (fig. 1, pág. seg.).

¹¹ Society of Antiquaries of London, *Sketches of Batalha*, ms. 260 (1789), designado, a partir daqui, manuscrito SAL 260.

¹² MURPHY, James, *Plans, Elevations, Sections and Views of the Church of Batalha*, Londres, 1792/1795.

¹³ VIEIRA, Sandra Renata Carreira, *Santa Maria-a-Velha da Batalha. A Memória da Igreja (Séculos XIV a XX)*, Câmara Municipal da Batalha, Batalha, 20, p. 214-219.

¹⁴ Instituto Geográfico Português, *Mappa Topographico* (1793).

¹⁵ Arquivo Histórico Municipal da Batalha, Planta da estrada municipal de 2ª classe de Batalha pela Golpilheira (1879).



Fig. 1- O Mosteiro e a vila da Batalha em finais do século XVI. Modelação do terreno.

As janelas e varandas dos conversos, da hospedaria e do dormitório dos professores davam para a cerca, a norte. Frei Luís de Sousa confirma que este dormitório *faz no topo um eirado descoberto sobre uma grande cerca de vinha e pomares que colhe dentro uma boa ribeira de muita água e pegos fundos, que a tempos ajudam a aliviar o trabalho da reclusão e estudo aos Padres, com pescarias de cana e redes*¹⁶. Da fachada norte é possível fazer uma ideia razoável através da gravura publicada por William Morgan Kinsey, em 1828¹⁷. A livraria e algumas celas do dormitório dos professores estavam voltadas para o pátio referido. Apenas as dependências prioritais sobrepujavam a portaria, à maneira de palácio.

¹⁶ SOUSA, Fr. Luís de, *História de S. Domingos*, 1623; nova edição de M. Lopes de Almeida, vol. I, Lello e Irmão Editores, Porto, 1977, p. 650.

¹⁷ KINSEY, William Morgan, *Portugal Illustrated*, Londres, 1828, p. 420-421.

Englobando a quadra afonsina, o edifício remodelado encontrava a sua lógica compositiva não claustro a claustro mas por pisos, do superior para o térreo. Assim, o conjunto era definido, no piso superior (fig. 2), por três corpos paralelos, cujas dependências (maioritariamente celas) se organizavam em função de corredores, a saber, de nascente para poente: o grande dormitório dos professos (que incluía a livraria), a hospedaria e o noviciado. Embora condicionado por uma preexistência irregular, o novo projecto deriva de modelos já conhecidos, designadamente do Convento de Tomar, desenvolvendo-se em torno de uma grande cruz cujos braços eram a nave sul do Claustro de D. Afonso V e a ala que a ligava ao dormitório dos professos, e cujo pé era a hospedaria. Em cada quadrante, encaixava um pátio, excepção feita ao Claustro Real que ultrapassava os limites de qualquer outro.

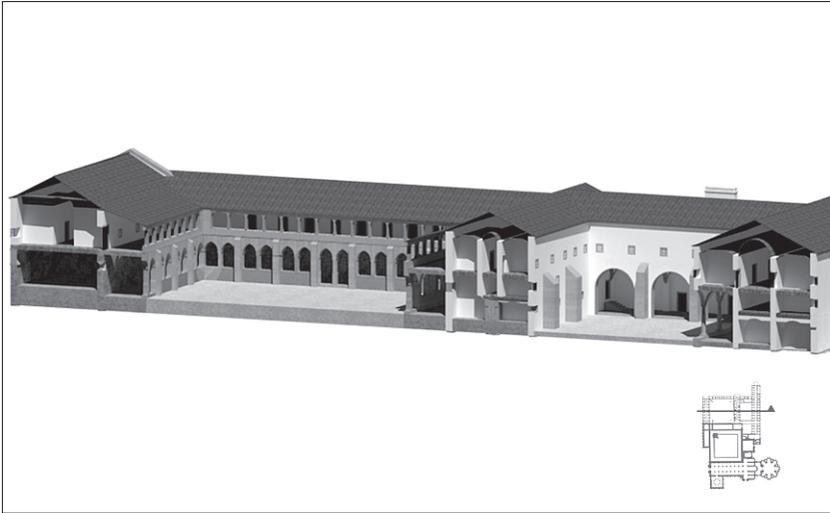


Fig. 2- Mosteiro da Batalha. Corte transversal, em projecção, dos claustros de D. Afonso V e da Botica. Reconstituição.

A casa de noviços com a sua capela era canonicamente separada do restante convento por paredes situadas nos cantos NW e SW do claustro. Clara era também a separação de espaços em que operavam e circulavam os conversos: as suas celas situavam-se na ala norte do mesmo claustro, entre o noviciado e a hospedaria; o piso térreo daquela quadra e do contíguo desaparecido Claustro da Botica (sintomaticamente designado na planta publicada por *Claustro dos Conversos*), onde se encontravam os espaços para armazenamento de provisões, as oficinas, o lagar de vinho e a abegoaria

(voltada para o pátio exterior já descrito), era reservado à utilização dos conversos e criados. A partir do piso térreo, acediam os conversos a outra importante área de serviço – a botica (que dá o nome ao claustro) e a enfermaria –, também da sua responsabilidade, situadas por baixo do dormitório dos professos e comunicando com a portaria, como vimos, por uma roda à qual se acedia através de uma escada. O piso correspondente não se encontra representado em nenhuma das plantas conhecidas, subentendendo-se, porém, tanto pela existência de escadas no piso térreo que não têm saída no dormitório dos professos como pela representação da roda com a respectiva escada. Naturalmente, também os professos dispunham de espaços exclusivos, a saber: o dormitório com a sua livraria, a Capela das Horas, ao fundo do dormitório (a sul, encaixada, entre os aposentos do prior e a casa capitular), e finalmente o Claustro Real.

A circulação dos criados processava-se apenas no âmbito do piso térreo dos claustros de serviço. A dos conversos alargava-se a todo o convento, uma vez que participavam nas horas litúrgicas menores, nas refeições e no capítulo das culpas mas incidia sobretudo nas suas áreas de desempenho, no piso térreo, e naturalmente na área residencial correspondente, na portaria e com certeza na hospedaria. Por seu lado, os professos dispunham de comunicação directa entre o dormitório e o Claustro Real, passando pelos aposentos do prior, a que se seguia a Capela das Horas¹⁸, e descendo uma escada que desembocava no claustro através de um magnífico portal captado numa fotografia por Charles Thurston Thompson, em 1868¹⁹. O claustro centralizava todos os espaços que faziam parte do seu quotidiano, além dos já referidos no piso superior: igreja e panteão real, casa capitular, sala de aula, e refeitório. A sala designada, na planta publicada por Murphy, por *sala onde os professores dão as aulas*, no segmento nascente do corpo hoje designado por Adega dos Frades, recebe o nome de *Capítulo Velho* no manuscrito SAL 260. Aparentemente tratava-se de um espaço de certa versatilidade idealmente situado entre o claustro reservado aos professos e o restante

¹⁸ Contrariamente ao que sucede com outros espaços do piso superior, a identificação da Capela das Horas, no f. 76 do manuscrito SAL 260, fez-se pela sua localização estratégica ao fundo do dormitório, pela referência no desenho a *an altar*, bem como pelos testemunhos do manuscrito anónimo de meados do século XVII *O Couseiro ou Memórias do Bispado de Leiria*. Braga, publicado em Braga, em 1868, p. 99, e de Julia Pardoe, *Traits and Traditions of Portugal*, Londres, 1833, p. 285-286.

¹⁹ THOMPSON, Charles Thurston, *The Sculptural Ornament of Batalha in Portugal. Twenty Photographs by Thurston Thompson with a Descriptive Account of the Building*, Londres, 1868, p. 9.

convento, permitindo o encontro de todas as categorias de pessoas, incluindo aqueles que, de fora, vinham lavar ou testemunhar em actos notariais que tinham lugar em reuniões capitulares. Também a escola destinada à população da vila se encontrava estrategicamente situada em ligação directa com a recepção da portaria²⁰.

Em suma, o projecto de remodelação do Mosteiro da Batalha, executado, ao que se julga, a partir dos anos 50 do séc. XVI, corresponde a um edifício de segunda geração do Renascimento português, pautando-se, como acontecera já na década de 30, por ideais de racionalidade, regularidade e simetria com conseqüências indeléveis na clarificação da percepção espacial, no controlo da percepção visual e, em geral, no condicionamento do comportamento das pessoas. O projecto possui também uma marcada intenção de reordenamento do espaço urbano, separando-o claramente da quinta conventual e monumentalizando o largo da portaria, zona privilegiada de assistência à população da vila.

Do ponto de vista formal, é patente a monumentalidade de uma outra construção abobadada que vence dois pisos, além da portaria *de dentro* e *de fora* – o celeiro, peça-chave no fechamento da extremidade nordeste do complexo conventual, que estende a fachada nascente e escalona a de norte, criando o abrigo ideal para um Jardim de Jericó, nas costas do Claustro da Botica, já em plena cerca. O trabalho em grandes volumes, de extrema sobriedade, prossegue nos pórticos – também abobadados – que sustentam as varandas do dormitório dos professos, da hospedaria e dos conversos.

Internamente, a planta publicada por James Murphy e, com mais fidedignidade, o f. 72 do manuscrito SAL 260 confirmam o despojamento e a grandeza desta arquitectura, sempre associados aos ideais acima referidos: uma extensa colonata unia os dois novos claustros, proporcionando certamente uma vista soberba a quem passasse do *recebimento de dentro* para o pátio do primeiro. No restante, porém, o Claustro da Botica, era composto por simples paredes contrafortadas e uma outra galeria com dois pilares cruciformes, lembrando o Claustro dos Corvos de Tomar.

A austeridade do convento reformado da Batalha era mitigada por alguns portais. Chegaram-nos fotografias de dois, situados no Claustro Real:

²⁰ Aquilo a que Fr. Luís de Sousa, *Op. cit.*, p. 650, chamou de «recebimento de dentro»; o «recebimento de fora» era toda a área porticada que se abria ao exterior através da já referida arcada monumental.

um deles de frontão triangular assente em pilastras jónicas²¹, que servia os arrumos do sacristão; o outro, já referido, encimado por uma *tabula* com aletas e coroamento recortado, que dava acesso à Capela das Horas e ao dormitório dos professores. O primeiro portal tem o seu antecessor, entre nós, na Ermida de Nossa Senhora da Conceição de João de Castilho, em Tomar (1547), podendo datar da reforma conventual. Pelas características que exhibe, o segundo portal é, sem dúvida, mais tardio, aproximando-se da cantaria do retábulo de Jesus que existiu no topo norte do transepto do templo e que tem sido datado de finais do século XVI. Na *tabula* vê-se uma data, pouco legível, que pode ser 1589.

Um outro portal está assinalado na planta do f. 72 do manuscrito SAL 260, na passagem da portaria *de fora* para a *de dentro*, devendo ter existido outro ainda, da portaria *de dentro* para a escadaria de acesso à Capela das Horas. A um deles pertenceram certamente duas consolas que se guardam na reserva de escultura do Mosteiro da Batalha.

O completo entendimento dos edifícios demolidos foi possível apenas através da respectiva investigação gráfica em reconstituição tridimensional.

Fontes e metodologia de reconstituição

As fontes para a reconstituição gráfica aqui proposta foram: as plantas, cotadas com medidas londrinas, do manuscrito SAL 260; a planta publicada a partir do mesmo, em 1792; a gravura de William Morgan Kinsey; as fotografias de Thurston Thompson; duas fotografias da Casa Biel, de cerca de 1900; o levantamento arquitectónico do Mosteiro da Batalha, de 2005; o relatório de prospecção geofísica por georradar da zona envolvente do monumento, de 2009²²; o relatório final de acompanhamento arqueológico da obra de requalificação da envolvente do Mosteiro da Batalha, de 2013²³.

O levantamento de Murphy foi sujeito a circunstanciada crítica interna e externa, nomeadamente por comparação com o edificado subsistente e com

²¹ THOMPSON, Charles Thurston, *The Sculptural Ornament of Batalha in Portugal. Twenty Photographs by Thurston Thompson with a Descriptive Account of the Building*, Londres, 1868, p. 10.

²² GEOSURVEYS, *Prospecção Geofísica na Zona Envolvente do Mosteiro da Batalha. Relatório Final da Actividade Desenvolvida*. Contrato N° 6/DPO/09 – IGESPAR -01- 2009.

²³ GARRIDO, Dalila, *Relatório Final de Acompanhamento Arqueológico da Obra de Requalificação da Envolvente do Mosteiro da Batalha* [policopiado], 2013.

os dados de prospecção geofísica na área onde estavam implantados os claustros desaparecidos. Esta abordagem crítica²⁴ permitiu concluir pelo elevado rigor geral na representação do edifício, nos seus aspectos formais e dimensionais, construtivos e funcionais, o que dele faz um instrumento fiável para a reconstituição, ainda que limitado pela inexistência de cortes e alçados das dependências desaparecidas. No caso de algumas incongruências entre o manuscrito e a planta impressa, optou-se pelo primeiro, sujeitando-o, sempre que possível, ao confronto com o edificado existente. Uma parte dessas incongruências ficou a dever-se ao facto de o edifício não ser ortonormado e de a espessura das respectivas paredes ser variável.

De menor fiabilidade, mas ainda assim rica em informações coincidentes, é a gravura de Kinsey, realizada decerto a partir de um desenho insuficientemente pormenorizado, pois falta a ala norte do Claustro da Botica e o muro da cerca que fechava na igreja de Santa Maria-a-Velha encosta-se a um cunhal do celeiro. Confirma-se, no entanto, a tipologia das estruturas porticadas com varanda, o porte monumental do dormitório dos professos e do celeiro, e a existência de apenas dois pisos na ala norte do Claustro de D. Afonso V. Outras informações preciosas dizem respeito ao óculo de iluminação do corredor central daquele dormitório e às pequenas janelas quadrangulares das celas dos conversos de tipologia idêntica à das celas de Tomar.

A prospecção geofísica confirmou a existência dos seguintes alicerces com a implantação cotada por Murphy: fachada nascente, desde as Capelas Imperfeitas até à portaria; parede sul e parte da parede poente desta; dois pilares do *recebimento de dentro*; paredes norte e poente da escola; parede da galeria nascente do claustro da botica; varanda da hospedaria. Todos os alicerces referidos que se encontravam na zona abrangida pela obra de requalificação da envolvente do Mosteiro foram encontrados no decurso dos trabalhos de acompanhamento arqueológico correspondentes.

Servindo-nos do programa de desenho vectorial Vectorworks, iniciámos a reconstituição gráfica partindo da planta geral do edifício conservado. Procedeu-se à conversão das medidas inglesas registadas por James Murphy referentes aos edifícios desaparecidos, traçando a respectiva planta em articulação com as estruturas existentes.

²⁴ REDOL, Pedro, «Abordagem crítica ao levantamento arquitectónico do Mosteiro da Batalha realizado por James Murphy (1789)», in *Batalha. Viagem a um Mosteiro Desaparecido com James Murphy e William Beckford*, Centro do Património da Estremadura, Batalha, p. 7-73.

O passo seguinte consistiu no estudo das cotas dos pavimentos. Para o piso superior, que conhece poucas variações, segundo a planta do f. 76 do manuscrito SAL 260, considerou-se a cota das galerias do Claustro de D. Afonso V. A cota do piso em que, a nascente, ficariam a botica e a enfermaria, foi replicada da da única dependência que, a esse nível, resta da ala poente do claustro correspondente, partilhada com o Claustro D. de Afonso V.

Seguindo a sugestão de Kinsey, propusemos um frontão a coroar o dormitório, cingido ao edifício por pilastras de cunhal, numa versão simplificada do projecto da sé leiriense, que se atribui a Miguel de Arruda²⁵, documentado nesta época como mestre das obras do mosteiro da Batalha. Da reforma do século XVI, encontramos ainda no seu sítio o grande óculo que iluminava o corredor do noviciado, a norte, e que reaparece no dormitório dos professores da vista registada por Kinsey. Por esse motivo, aí o reproduzimos, o mesmo tendo feito na hospedaria.

Por outro lado, não encontramos, na produção atribuída a Miguel de Arruda, termo de comparação para os alçados exteriores. Esta circunstância levou-nos a reconduzir a informação proporcionada pela gravura de Kinsey aos modelos arquitectónicos da década anterior, em particular do Convento de Cristo. A informação foi transposta de alçados do levantamento da década de 80 do séc. XX, respeitando as dimensões, mas simplificando a forma das cantarias, dentro do espírito austero que se afirma em meados do século XVI.

O sistema geral de coberturas preconizado consta de três telhados de duas águas dispostos paralelamente – os do noviciado, hospedaria e dormitório dos professores –, ortogonalmente ligados por coberturas também de duas águas, correspondentes aos corpos norte e sul dos claustros. As únicas cotas que é possível retrazar através de informação patente no edifício são as do noviciado e das galerias do Claustro de D. Afonso V. As restantes seguiram pendentes de edifícios congéneres do Convento de Cristo.

A representação de abóbadas, apoiadas necessariamente em colunas da ordem toscana – que baseámos no modelo serliano –, ou em mísulas, sempre que o registo de Murphy não indicasse a existência de colunas, conformou-se ao espaço disponível, tendo por consequência a redução em cerca 14% na altura canónica de Serlio. Conhecemos a medida da base através do levantamento de Murphy.

²⁵ MOREIRA, Rafael, «Arquitectura, Renascimento e classicismo», in PEREIRA Paulo (dir.), *História da Arte Portuguesa*, Temas e Debates e Autores, Lisboa, 1995, vol. 2, p. 357.

Assentando nos pressupostos referidos, exemplificamos o trabalho de reconstituição através de vistas das fachadas nascente e norte (fig. 3) e dos Claustros da Portaria e da Botica (fig. 4).



Fig. 3- Mosteiro da Batalha. Vistas das fachadas nascente (em cima) e norte (em baixo). Reconstituição.



Fig. 4- Mosteiro da Batalha. Vistas interiores dos Claustros da Portaria (em cima) e da Botica (em baixo). Reconstituição.

Conclusão

Quem foram o(s) ideólogo(s) e o autor deste projecto? O programa arquitectónico acima analisado assemelha-se, como vimos, ao de outros con-

ventos, reformados nas duas décadas anteriores. Por outro lado, ainda que em já avançada idade, passa pela Batalha um dos dois grandes reformadores dessas fundações – D. Fr. Brás de Barros, bispo de Leria desde 1545 – em cuja diocese se inscreve o Mosteiro²⁶. Sintomaticamente, é nesse mesmo ano de 1547 que o outro reformador jerónimo – Fr. António de Lisboa – é incitado por D. João III a entrar no menos disciplinado Mosteiro de Alcobaça, missão para a qual solicita ao rei, no ano seguinte, a presença do arquitecto Miguel de Arruda²⁷.

Miguel de Arruda é justamente o único mestre das obras do Mosteiro da Batalha que encontramos documentado entre 1533 e 1563²⁸. Acedeu ao cargo por renúncia de João de Castilho, nele sendo sucedido por seu sobrinho Dionísio. Em 1533, como notou Sousa Viterbo²⁹, ainda não tinha sido feito cavaleiro da casa real, sendo designado por *pedreiro*, designação ainda correntemente atribuída aos arquitectos, nessa época, a par da de *mestre de pedraria*. A extraordinária ascensão de Miguel de Arruda, durante a década de quarenta do século XVI, ficou a dever-se, por um lado, às suas competências como arquitecto militar nas nossas praças marroquinas e em Moçambique e, por outro lado, à sua capacidade de influenciar D. João III. O rei, por seu turno, ganhara um gosto pela arquitectura que o levava a intervir activamente nos projectos para as maiores obras do reino.

Em 1548, Miguel de Arruda encontra-se com Fr. António de Lisboa no Mosteiro de Alcobaça e leva a D. João III um esboço do projecto de reforma³⁰. Por doença de Fr. António e indisponibilidade de Arruda, a preparação da obra acaba por ser levada a efeito por outro arquitecto da confiança do rei, Pero Gomes. Este era certamente colaborador ou discípulo de Arruda, passando a mestre e empreiteiro da igreja de Santa Maria do Castelo em Estremoz,

²⁶ Archivum Generale Ordinis Praedicatorum, XIV, 102, f. 204v^o; publicado por ROLO, Fr. Raul de Almeida, *Bartolomeu dos Mártires, Theologia Scripta*, Movimento Bartolomeano, Braga, vol. 2, 1973, p. 523.

²⁷ MOREIRA, Rafael. «A encomenda artística em Alcobaça no século XVI», in *Arte Sacra nos Antigos Coutos de Alcobaça*, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, Lisboa, 1995, p. 49.

²⁸ VITERBO, Francisco Marques de Sousa, *Diccionario Historico e Documental dos Architectos, Engenheiros e Constructores Portuguezes ou ao Serviço de Portugal*, Lisboa, 1899; reedição da Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1988, vol. I, p. 66-74.

²⁹ *Ibidem*, p. 66.

³⁰ MOREIRA, Rafael. «A encomenda artística em Alcobaça no século XVI», in *Arte Sacra nos Antigos Coutos de Alcobaça*, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, Lisboa, 1995, p. 49.

a partir de 1559, de que a Sala dos Reis de Alcobaça (provável «igreja de fora» no seu início) parece ser uma réplica em escala reduzida³¹.

Afirma Rafael Moreira que «o projecto de 1548 parece ter recolhido o essencial da lição castilhana de Tomar, neutralizando porém as suas bases erasmianas e reduzindo-as a uma estética do despojamento, esse “grau zero” da arquitectura de purismo absoluto que constituía a *arte senza tempo* característica da Contra-Reforma». Estas palavras são igualmente válidas para a reforma quinhentista do Mosteiro da Batalha³².

Em face daquilo que as fontes disponíveis permitem reconstituir, com grande probabilidade, dos edifícios demolidos da Batalha, é flagrante a relação espacial do seu *recebimento de fora* com a Sala dos Reis de Alcobaça, como flagrante é, em ambos os casos, o nexó funcional entre portaria, no piso térreo, e palácio/residência prioral, no piso superior, além da preponderância urbana sobre os terreiros correspondentes e a proximidade estratégica da botica. Porém, se a cronologia da Sala dos Reis é relativamente pacífica, o mesmo não se pode dizer da portaria alcobacense, que ainda carece de esclarecimento através de documentação coeva, uma vez que a longa vida dos modelos arquitectónicos portugueses, entre a segunda metade do século XVI e os finais do século XVII, não autoriza a datação por via estritamente formal³³.

Fr. Francisco de S. Luís refere-se a um documento de 1551, que hoje não conseguimos localizar mas que efectivamente pôde ler no cartório conventual, em que é nomeado para as obras da Batalha o mestre pedreiro António Gomes³⁴, em circunstâncias possivelmente muito semelhantes às de Pero Gomes, em Alcobaça.

³¹ *Ibidem*, p. 50-51, p. 57-58.

³² *Ibidem*, p. 50.

³³ Pela escala do seu claustro, Rafael Moreira, *Ibidem*, p. 57, sugere que a portaria seja um edifício da segunda metade do século XVII, eventualmente sucedâneo das portarias de Belém (1625) e Tomar (1630). MONTEIRO, João Oliva, MONTEIRO, Joana d’Oliva, FERREIRA, Sofia, *A Hospedaria do Mosteiro de Alcobaça. Um Passado, um Presente, uma Proposta de Futuro*, Edição dos Autores, Alcobaça, 2012, p. 12-14, contradizem estas asserções, datando-o de meados da centúria anterior com base em: uma referência de Frei Jerónimo Román, em 1589, ao palácio do Cardeal D. Henrique; um documento de 1558, mencionado século e meio mais tarde por Frei Manuel dos Santos, em que eram nomeadas as *Casas novas, que elle Cardeal, havia feito sobre a portaria do Mosteiro*; análise material do edifício.

³⁴ S. LUÍS, Fr. Francisco de, «Memoria historica sobre as obras do Real Mosteiro de Santa Maria da Victoria chamado vulgarmente da Batalha», in *Memorias da Academia Real das Sciencias*, Lisboa, t. X, p. 16.